ISSN 2764-1651 (online)

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO - DOEM

VERSÃO ELETRÔNICA DOS ATOS LEGAIS DO MUNICÍPIO DO PIAUÍ
Lei em tramitação

ISSN 2764-1643 (impresso)

SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ - PODER EXECUTIVO - ESTADO DO PIAUÍ

IMPRENSA OFICIAL ELETRÔNICA - DOEM - ANO I - 29 DE FEVEREIRO DE 2024 - NÚMERO 305

SUMÁRIO
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Decreto Pág. 001
RGF - Relatório de Gestão Fiscal Pág. 003

EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico do Município - DOEM, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta dos municipíos, sendo referidas entidades inteiramente responsável pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico do Município - DOEM, poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: Para Pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse: https://doempi.org/.
As consultas pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeituras Municipais e câmaras legislativas municipais. Site: https://doempi.org/

RESPONSABILIDADE TÉCNICA

FOCO SMART LTDA
CNPJ: 26.807.519/0001-70
Diretor Geral: Tiago Rodrigues Ferreira
Departamento de publicações: Paulo Henrique Lima

ESTA EDIÇÃO FOI ASSINADA DIGITALMENTE POR:

FRANCISCO AVAILON DE CARVALHO COSTA
CPF: 61466062355
/C=BR/O=ICP-Brasil/OU=AC SOLUTI Multipla v5/OU=Renovacao Eletronica/OU=Certificado Digital/OU=Certificado PF A1/CN=FRANCISCO AVAILON DE CARVALHO COSTA:61466062355
2024-02-29T13:29:09-03:00

Diário Oficial assinado eletrônicamente com Certificado digital Padrão ICP-Brasil em conformidade com MP nº 2.200-2 de 2001. O sistema de gestão garante a autenticidade do material gerado dentro do sistema.

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N.º 011/2024 **DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024.**

Autoriza a Disposição de Servidor Municipal ao Governo do Estado do Piauí.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 62, Inciso VI c/c art. 87, Inciso I, alínea "i", da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Solicitação da Renovação de Disposição de Servidor Municipal pelo Governo do Estado do Piauí, através de ofício nº 536/2024/SEGOV-P1/GAB/SIDIATOS, datado de 23 de janeiro de 2024;

CONSIDERANDO que no período de Disposição, a Servidora será Remunerada pelo Estado do Piauí, sem ônus para o órgão de origem;

CONSIDERANDO que não haverá Prejuízo para o Município de São Francisco do Piauí, bem como não afetará a prestação de serviços,

CONSIDERANDO que o art. 110 da Lei Municipal nº 423/2009 (Estatuto do Servidor do Município de São Francisco do Piauí) autoriza a cessão de servidor público municipal efetivo, mediante convênio, para ter exercício em órgãos ou entidade da Administração, inclusive de Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

DECRETA:

Art. 1º - Fica Autorizado a Disposição ao Governo do Estado do Piauí, para prestação de serviços junto ao Estado do Piauí, **SEM ÔNUS** para o Município de São Francisco do Piauí, pelo período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, da servidora:

a) **MARINÓQUIA DE OLIVEIRA COSTA NETA**, CPF nº 136.674.968-50, cargo de Enfemeira.

Art. 2.º - A servidora deverá retornar a suas atividades no Município de São Francisco do Piauí ao fim do período de disposição, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis.

Art. 3º - O Município poderá, por interesse público, requisitar a qualquer tempo, os servidores cedidos de volta aos seus quadros funcionais.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2024.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 09/2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Francisco do Piauí, em 29 de fevereiro de 2024.

Antônio Martins de Carvalho

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de São Francisco do Piauí - PI
Av Laurentino Pereira, 678 - Centro - São Francisco do Piauí, PI - CEP: 64550-000
CNPJ: 06.553.994/0001-50

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N.º 012/2024 **DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024.**

Autoriza a Disposição de Servidor Municipal ao Governo do Estado do Piauí.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 62, Inciso VI c/c art. 87, Inciso I, alínea "i", da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Solicitação da Renovação de Disposição de Servidor Municipal pelo Governo do Estado do Piauí, através de ofício nº 110/2024/DETRAN-PI/GAB, datado de 31 de janeiro de 2024.

CONSIDERANDO que no período de Disposição, a Servidora será Remunerada pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/PI, sem ônus para o órgão de origem;

CONSIDERANDO que não haverá Prejuízo para o Município de São Francisco do Piauí, bem como não afetará a prestação de serviços,

CONSIDERANDO que o art. 110 da Lei Municipal nº 423/2009 (Estatuto do Servidor do Município de São Francisco do Piauí) autoriza a cessão de servidor público municipal efetivo, mediante convênio, para ter exercício em órgãos ou entidade da Administração, inclusive de Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

DECRETA:

Art. 1º - Fica Autorizado a Disposição ao Governo do Estado do Piauí, para prestação de serviços junto ao Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/PI, **SEM ÔNUS** para o Município de São Francisco do Piauí, pelo período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, da servidora:

a) **SILVANIRA DE OLIVEIRA COSTA PRAÇA**, CPF nº 451.571.113-04, cargo de Professora.

Art. 2.º - A servidora deverá retornar a suas atividades no Município de São Francisco do Piauí ao fim do período de disposição, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis.

Art. 3º - O Município poderá, por interesse público, requisitar a qualquer tempo, os servidores cedidos de volta aos seus quadros funcionais.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2024.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria nº 07/2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Francisco do Piauí, em 29 de fevereiro de 2024.

Antônio Martins de Carvalho

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de São Francisco do Piauí - PI
Av Laurentino Pereira, 678 - Centro - São Francisco do Piauí, PI - CEP: 64550-000
CNPJ: 06.553.994/0001-50

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: **A0975EA50ACB5E**

PREFEITURA MUN SÃO FRANCISCO DO PI

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JAN/2023 A DEZ/2023

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS													
	JAN/2023	FEV/2023	MAR/2023	ABR/2023	MAI/2023	JUN/2023	JUL/2023	AGO/2023	SET/2023	OUT/2023	NOV/2023	DEZ/2023	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	1.489.512,79	1.530.404,71	1.811.078,74	1.638.986,68	1.654.184,40	1.787.053,37	1.579.418,40	1.350.680,95	1.623.980,25	1.683.583,38	1.696.889,86	1.944.512,88	19.790.286,41	0,00
Pessoal Ativo	1.285.587,08	1.267.190,18	1.374.412,82	1.410.807,48	1.423.178,47	1.566.184,04	1.354.401,80	1.342.067,63	1.402.338,17	1.445.918,73	1.450.295,76	1.702.961,68	17.025.343,84	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.074.294,18	1.050.259,03	1.140.935,42	1.166.273,69	1.186.804,24	1.334.940,12	1.116.233,01	1.100.509,82	1.164.790,08	1.230.400,28	1.156.230,64	1.421.045,15	14.142.715,66	0,00
Obrigações Patronais	211.292,90	216.931,15	233.477,40	244.533,79	236.374,23	231.243,92	238.168,79	241.557,81	237.548,09	215.518,45	294.065,12	281.916,53	2.882.628,18	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	203.925,71	263.214,53	436.665,92	228.179,20	231.005,93	220.869,33	225.016,60	8.613,32	221.642,08	237.664,65	246.594,10	241.551,20	2.764.942,57	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	198.870,03	248.390,85	427.550,56	219.603,52	223.310,25	211.708,14	217.173,09	917,64	213.946,40	229.162,30	238.898,42	234.735,52	2.664.266,72	0,00
Pensões	5.055,68	14.823,68	9.115,36	8.575,68	7.695,68	9.161,19	7.843,51	7.695,68	7.695,68	8.502,35	7.695,68	6.815,68	100.675,85	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	337.348,41	390.855,37	563.200,27	365.700,21	393.019,19	317.072,89	327.786,44	148.333,56	421.059,92	377.008,22	346.200,90	412.000,86	4.399.586,24	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	104.390,26	98.608,40	97.501,91	100.993,58	104.872,45	66.490,30	73.737,40	110.687,80	170.385,40	110.311,13	103.242,80	108.635,55	1.249.856,98	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	32.668,44	32.668,44	32.668,44	40.163,43	60.776,81	33.349,26	32.668,44	32.668,44	32.668,44	32.668,44	0,00	65.450,11	428.418,69	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	200.289,71	259.578,53	433.029,92	224.543,20	227.369,93	217.233,33	221.380,60	4.977,32	218.006,08	234.028,65	242.958,10	237.915,20	2.721.310,57	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	1.152.164,38	1.139.549,34	1.247.878,47	1.273.286,47	1.261.165,21	1.469.980,48	1.251.631,96	1.202.347,39	1.202.920,33	1.306.575,16	1.350.688,96	1.532.512,02	15.390.700,17	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	30.722.576,25	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VI)	697.871,29	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	30.024.704,96	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	15.390.700,17	51,26
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	18.014.822,98	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	17.114.081,83	57,00
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	16.213.340,68	54,00

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/2021)	
PARÂMETROS PARA REDUÇÃO DO EXCEDENTE DE DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
Limite Máximo (IX) (%) (LRF, art. 20)	0,00
DTP em 2021 (XII) (%)	0,00
Excedente em 2021 (XIII) = (XII - IX) (%)	0,00
Redutor anual (XIV) = (0,10 x XIII) (%)	0,00

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/2	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% DTP (VIII/VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: **A0975EA50ACB5E**

PREFEITURA MUN SÃO FRANCISCO DO PI
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/2023 A DEZ/2023

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alinea "a") R$ 1

Nota:
1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64
2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Constituição Federal

ANTONIO MARTINS DE CARVALHO
116.743.503-53
PREFEITO MUNICIPAL

FRANCISCO DAS C. OLIVEIRA NETO
999.753.353-49
CONTADOR CRC:8.152/O

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: **A0975EA50ACB69**

PREFEITURA MUN SÃO FRANCISCO DO PI
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/2023 A DEZ/2023

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alinea "a") R$ 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) LIQUIDADAS												TOTAL (últimos 12 meses)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	JAN/2023	FEV/2023	MAR/2023	ABR/2023	MAI/2023	JUN/2023	JUL/2023	AGO/2023	SET/2023	OUT/2023	NOV/2023	DEZ/2023	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	1.444.759,65	1.484.903,53	1.760.397,61	1.591.610,74	1.607.289,29	1.740.158,26	1.532.523,29	1.303.785,84	1.575.274,34	1.635.915,07	1.648.052,35	1.887.716,36	19.212.386,33	0,00
Pessoal Ativo	1.240.833,94	1.221.689,00	1.323.731,69	1.363.431,54	1.376.283,36	1.519.288,93	1.307.506,69	1.295.172,52	1.353.632,26	1.398.250,42	1.401.458,25	1.646.165,16	16.447.443,76	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.037.160,12	1.011.451,66	1.099.501,42	1.126.987,84	1.147.901,03	1.296.036,91	1.077.329,80	1.061.606,61	1.124.076,07	1.190.723,87	1.115.658,85	1.373.812,04	13.662.246,22	0,00
Obrigações Patronais	203.673,82	210.237,34	224.230,27	236.443,70	228.382,33	223.252,02	230.176,89	233.565,91	229.556,19	207.526,55	285.799,40	272.353,12	2.785.197,54	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	203.925,71	263.214,53	436.665,92	228.179,20	231.005,93	220.869,33	225.016,60	8.613,32	221.642,08	237.664,65	246.594,10	241.551,20	2.764.942,57	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	198.870,03	248.390,85	427.550,56	219.603,52	223.310,25	211.708,14	217.173,09	917,64	213.946,40	229.162,30	238.898,42	234.735,52	2.664.266,72	0,00
Pensões	5.055,68	14.823,68	9.115,36	8.575,68	7.695,68	9.161,19	7.843,51	7.695,68	7.695,68	8.502,35	7.695,68	6.815,68	100.675,85	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	337.348,41	390.855,37	563.200,27	365.700,21	393.019,19	317.072,89	327.786,44	148.333,56	421.059,92	377.008,22	346.200,90	412.000,86	4.399.586,24	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	104.390,26	98.608,40	97.501,91	100.993,58	104.872,45	66.490,30	73.737,40	110.687,80	170.385,40	110.311,13	103.242,80	108.635,55	1.249.856,98	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	32.668,44	32.668,44	32.668,44	40.163,43	60.776,81	33.349,26	32.668,44	32.668,44	32.668,44	32.668,44	0,00	65.450,11	428.418,69	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	200.289,71	259.578,53	433.029,92	224.543,20	227.369,93	217.233,33	221.380,60	4.977,32	218.006,08	234.028,65	242.958,10	237.915,20	2.721.310,57	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	1.107.411,24	1.094.048,16	1.197.197,34	1.225.910,53	1.214.270,10	1.423.085,37	1.204.736,85	1.155.452,28	1.154.214,42	1.258.906,85	1.301.851,45	1.475.715,50	14.812.800,09	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	30.722.576,25	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VI)	697.871,29	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	30.024.704,96	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	14.812.800,09	49,34
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	16.213.340,68	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	15.402.673,65	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	14.592.006,61	48,60

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/2021)	
PARÂMETROS PARA REDUÇÃO DO EXCEDENTE DE DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
Limite Máximo (IX) (%) (LRF, art. 20)	0,00
DTP em 2021 (XII) (%)	0,00
Excedente em 2021 (XIII) = (XII - IX) (%)	0,00
Redutor anual (XIV) = (0,10 x XIII) (%)	0,00

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/2	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% DTP (VIII/VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: **A0975EA50ACB69**

PREFEITURA MUN SÃO FRANCISCO DO PI
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/2023 A DEZ/2023

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alinea "a") R$ 1

Nota:
1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64
2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Constituição Federal

ANTONIO MARTINS DE CARVALHO
116.743.503-53
PREFEITO MUNICIPAL

FRANCISCO DAS C. OLIVEIRA NETO
999.753.353-49
CONTADOR CRC:8.152/O

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: **A0975EA50ACB74**

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/2023 A DEZ/2023

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alinea "a") R$ 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) LIQUIDADAS												TOTAL (últimos 12 meses)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	JAN/2023	FEV/2023	MAR/2023	ABR/2023	MAI/2023	JUN/2023	JUL/2023	AGO/2023	SET/2023	OUT/2023	NOV/2023	DEZ/2023	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	44.753,14	45.501,18	50.681,13	47.375,94	46.895,11	46.895,11	46.895,11	46.895,11	48.705,91	47.668,31	48.837,51	56.796,52	577.900,08	0,00
Pessoal Ativo	44.753,14	45.501,18	50.681,13	47.375,94	46.895,11	46.895,11	46.895,11	46.895,11	48.705,91	47.668,31	48.837,51	56.796,52	577.900,08	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	37.134,06	38.807,37	41.434,00	39.285,85	38.903,21	38.903,21	38.903,21	38.903,21	40.714,01	39.676,41	40.571,79	47.233,11	480.469,44	0,00
Obrigações Patronais	7.619,08	6.693,81	9.247,13	8.090,09	7.991,90	7.991,90	7.991,90	7.991,90	7.991,90	7.991,90	8.265,72	9.563,41	97.430,64	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	44.753,14	45.501,18	50.681,13	47.375,94	46.895,11	46.895,11	46.895,11	46.895,11	48.705,91	47.668,31	48.837,51	56.796,52	577.900,08	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	30.722.576,25	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VI)	697.871,29	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	30.024.704,96	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	577.900,08	1,92
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.801.482,30	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.711.408,19	5,70
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.621.334,07	5,40

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/2021)	
PARÂMETROS PARA REDUÇÃO DO EXCEDENTE DE DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
Limite Máximo (IX) (%) (LRF, art. 20)	0,00
DTP em 2021 (XII) (%)	0,00
Excedente em 2021 (XIII) = (XII - IX) (%)	0,00
Redutor anual (XIV) = (0,10 x XIII) (%)	0,00

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/2	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% DTP (VIII/VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: **A0975EA50ACB74**

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/2023 A DEZ/2023

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alinea "a") R$ 1

Nota:
1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64
2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Constituição Federal

ANTONIO JOSÉ OLIVEIRA NASCIMENTO	FRANCIMARA PEREIRA DA SILVA	CRISTIANNE GOMES DIAS
287.359.353-91	036.860.733-07	017.534.343-86
PRESIDENTE	CONTROADOR(A)	CONTADOR(A)

PREFEITURA MUN SÃO FRANCISCO DO PI

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2023 A DEZEMBRO/2023

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		1º Semestre	2º Semestre	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.959.932,06	1.709.725,29	1.446.299,86	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	1.959.932,06	1.709.725,29	1.446.299,86	
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	
Internos	0,00	0,00	0,00	
Externos	0,00	0,00	0,00	
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	
Internos	0,00	0,00	0,00	
Externos	0,00	0,00	0,00	
Parcelamento e Renegociação de dívidas	1.959.932,06	1.709.725,29	1.446.299,86	
De Tributos	0,00	0,00	0,00	
De Contribuições Previdenciárias	1.959.932,06	1.709.725,29	1.446.299,86	
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	
DEDUÇÕES (II)	1.616.498,74	2.806.663,69	3.011.008,69	
Disponibilidade de Caixa	1.616.498,74	2.574.368,87	3.011.008,69	
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.565.830,81	3.356.168,29	4.058.983,40	
(-) Restos a Pagar Processados	113.733,50	99.463,70	143.747,71	
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	835.598,57	682.335,72	904.227,00	
Demais Haveres Financeiros	0,00	232.294,82	0,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I - II)	343.433,32	-1.096.938,40	-1.564.708,83	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	27.514.721,53	27.402.295,47	30.722.576,25	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	0,00	0,00	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	27.514.721,53	27.402.295,47	30.722.576,25	
% da DC sobre a RCL (I/VI)	7,12	6,24	4,71	
% da DCL sobre a RCL (III/VI)	1,25	-4,00	-5,09	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <120%>	33.017.665,84	32.882.754,56	36.867.091,50	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <108%>	29.715.899,25	29.594.479,11	33.180.382,35	

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		1º Semestre	2º Semestre	-
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DCL)	0,00	0,00	0,00	
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	
RP NÃO-PROCESSADOS	1.560.639,10	1.196.559,10	1.308.419,79	
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00	
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	

ANTONIO MARTINS DE CARVALHO
116.743.503-53
PREFEITO MUNICIPAL

FRANCISCO DAS C. OLIVEIRA NETO
999.753.353-49
CONTADOR CRC:8.152/O